

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.385 - RS (2018/0225440-0)

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**

**AGRAVANTE : GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA**

**ADVOGADOS : EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA - RJ130532**  
**MARIANA CUNHA E MELO DE ALMEIDA REGO E OUTRO(S) -**  
**RJ179876**  
**MARCOS HAUSEN MARCHI - RS090520**  
**FERNANDA D'ABREU LEMOS - DF038641**

**AGRAVANTE : OATH DO BRASIL INTERNET LTDA**

**OUTRO NOME : YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA**

**ADVOGADOS : ANDRÉ DEL CISTIA RAVANI - SP183020**  
**ANA LUIZA MOTA TEIXEIRA - RS091292**

**AGRAVADO : FERNANDA MOREIRA MONLLOR**

**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**AGRAVADO : CLÁUDIO CAUDURO PRODUÇÕES LTDA**

**ADVOGADO : MARIA CRISTINA HOFMEISTER MENEGHINI E OUTRO(S) -**  
**RS015283**

### DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos de OATH DO BRASIL INTERNET LTDA. (YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA.), objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fls. 682/683):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DIVULGAÇÃO DE FOTOS SENSUAIS EM *SITE* PORNOGRÁFICO DE TERCEIRO SEM AUTORIZAÇÃO. DEVER DE RETIRAR O CONTEÚDO DAS PESQUISAS PELOS SERVIDORES. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO.

1) Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença de improcedência de ação de indenização por dano moral decorrente de divulgação de fotografias em *site*.

2) Consoante a exordial, a parte autora fez ensaio fotográfico para divulgação de *site*. Alegou que as imagens foram divulgadas em diversos outros *sites*, inclusive de conteúdo pornográfico, tendo a autora sido confundida com garota de programa, fato que lhe causou abalo moral. Referiu que em razão da publicação a autora sofreu constrangimento em seu ambiente de trabalho, tendo pedido

demissão. Relatou que o fato ensejou o término de seu relacionamento amoroso por parte de seu companheiro à época. Asseverou que a Defensoria Pública encaminhou ofícios aos provedores de hospedagem réus, a fim de que retirassem do ar as referidas fotografias, o que não foi atendido. Defendeu a responsabilização objetiva dos *sites* de pesquisa e do empresário réu pelo dano causado. Requereu a desvinculação das fotografias sensuais da autora a pesquisas da *internet* e a condenação por dano moral.

3) BLOQUEIO DE ENDEREÇOS ELETRÔNICOS - O bloqueio dos endereços eletrônicos pode ser feito, a rigor, a partir de simples requerimento do interessado. Pedido de bloqueio está suficientemente justificado, não podendo ser acolhida a justificativa apresentada pelos servidores.

4) DANO MORAL - Em relação ao primeiro demandado, o contrato demonstra ter havido cessão de direitos de imagem mediante realização de ensaios fotográficos e filmagens "*para fins de divulgá-los em veículos de comunicação diversos, o qual poderá, inclusive, cedê-los a terceiros*".

5) Os servidores não podem ser responsabilizados, objetivamente, pelo resultado da publicação feita em *sites* que lhe são contratantes, nem tampouco pode ser reconhecida responsabilidade pela natureza do conteúdo das imagens veiculadas nos sites referidos na inicial. Respondem pela multa fixada na hipótese de não terem efetuado o devido bloqueio dos endereços eletrônicos desde a data de intimação da decisão proferida em antecipação de tutela.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Não foram opostos embargos de declaração.

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 1.065/1.096).

Com contraminuta (e-STJ fls. 1.149/1.162), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 3º do Código de Processo Civil de 1973; e 19 da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

Alega, em síntese, ilegitimidade passiva, impossibilidade jurídica do

# Superior Tribunal de Justiça

pedido, ante o óbice ao cumprimento da obrigação que aponta inviável (genérica), e, ainda, a necessidade de que a ordem judicial seja clara e inequívoca.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.026/1.040).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, tendo em vista a decisão de mérito que proferi de forma simultânea no recurso interposto por GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. (e-STJ fls. 722/751), ao qual dei provimento para determinar o retorno dos autos para novo exame dos embargos declaratórios, devendo o Tribunal de origem deliberar sobre a omissão apontada, imperioso concluir que o recurso ora em análise encontra-se prejudicado.

Nesses termos:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. REMIÇÃO. DEPÓSITO REPUTADO INSUFICIENTE. COMPLEMENTAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO PREJUDICADO.

1. Tendo em vista o provimento do agravo interno interposto pela assistente litisconsorcial, para dar provimento ao recurso especial em razão da reconhecida violação do art. 535 do CPC/1973, com determinação de retorno dos autos à origem para análise do vício suscitado a respeito da complementação oportuna da diferença da remição, ficou prejudicado o presente recurso.

2. Agravo interno julgado prejudicado.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.483.664/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 12/11/2018).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535, I e II, DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. EXISTÊNCIA.

1. Configurada a violação do art. 535 do Código de Processo Civil/1973, faz-se necessária a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os declaratórios, para que os vícios sejam sanados pelo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal de origem.

2. Hipótese em que se impõe o retorno dos autos à Corte *a quo* para que reaprecie os embargos de declaração e sane o vício de integração identificado.

3. Agravo interno do particular provido. Agravo interno do Estado de Pernambuco prejudicado.

(AgInt no REsp n. 1.640.594/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Rel. p/ Acórdão Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 28/11/2018).

Em face do exposto, julgo prejudicado o presente agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora